

# Utopia no país do futuro. Semelhanças fantasiosas em *Brasil, um país do futuro*, de Stefan Zweig, e *Diário da queda*, de Michel Laub

Gabriel Munsberg<sup>1</sup>

E nenhuma fantasia é suficiente para imaginar o que esta terra, este mundo, será para a futura geração.

Stefan Zweig

**Titel:** Utopie im Land der Zukunft. Phantasievolle Ähnlichkeiten in *Brasilien: ein Land der Zukunft*, von Stefan Zweig, und *Tagebuch eines Sturzes*, von Michel Laub

**Title:** Utopia in the country of the future. Similar fantasies in *Brazil, Land of the Future*, by Stefan Zweig, and *Diary of the fall*, by Michel Laub

**Palavras-chave:** escrita – exílio – judaísmo – Segunda Guerra Mundial

**Schlüsselwörter:** Schreiben – Exil – Judentum – Zweiter Weltkrieg

**Key-words:** Writing – Exile – Judaism – World War II

## Introdução

Em virtude da ascensão do nacional-socialismo e consequente devastação da Europa com a Segunda Guerra Mundial, um grande número de judeus procuraram no Brasil um refúgio seguro para iniciar nova vida. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, de forma comparativa, dois textos de autoria de judeus alemães exilados no país, sendo eles *Brasil, um país do futuro*, de Stefan Zweig ([1941] 2006) e *Diário da queda*, de Michel Laub (2011). Apesar de nítidas diferenças entre os textos –

---

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Literários; Teoria, Crítica e Comparatismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: gabriel\_munsberg@yahoo.de. O presente texto é parte integrante da dissertação “Representações do inenarrável: memória e escrita em *Passo de caranguejo*, de Günter Grass, e *Diário da queda*, de Michel Laub” desenvolvida com fomento do CNPq.

Zweig apresenta uma obra mais próxima do relato de viajante enquanto Laub trabalha com a escrita ficcional de um sobrevivente de Auschwitz –, é possível perceber em ambas as obras uma aparente simultaneidade de elementos fantasiosos em relação ao Brasil, local que surge como nova moradia aos refugiados. Por trás da exaltação de uma imagem de um país do futuro nas Américas, os textos abordam de forma velada a situação do fim do projeto da modernidade causada pela máquina nazista no continente europeu. A partir de textos teóricos, tanto da sociologia e história quanto da literatura, pretende-se comparar as representações, em muito utópicas, do Brasil dos anos 1940 em contraste com as realidades do país sob o período ditatorial do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas e de sua posição frente aos acontecimentos que precedem e eclodem à Segunda Guerra Mundial, além de ponderar a situação dos judeus que aqui procuravam exílio.

## Exílio judeu nas décadas de 1930 e 1940

A história do exílio de judeus europeus, em virtude da ascensão e permanência do partido nacional-socialista na Alemanha, pode ser dividida em três fases, conforme artigo de Izabela Kestler (2007): a primeira, de 1933 a 1938, pode ser chamada de exílio ou “sala de espera”. Nesta fase, os judeus alemães procuravam exílio nos países vizinhos à Alemanha, principalmente França e Tchecoslováquia. A segunda fase inicia-se após a *Reichskristallnacht* – Noite dos cristais quebrados – em 9 de novembro de 1938, e a queima de sinagogas, momento em que há uma interrupção de quaisquer atividades intelectuais por parte dos judeus, os quais realizam uma fuga em massa para além dos países vizinhos à Alemanha (a Áustria já estava anexada ao Terceiro Reich desde março daquele ano, fazendo com que muitos judeus procurassem exílio em outros países). Dá-se então, entre 1940 e 1945, a terceira fase de exílio, denominada fase ultramarina, na qual os judeus espalham-se por praticamente todos continentes, incluindo a América do Sul.

Não há um número conciso dos judeus que chegaram ao Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, principalmente porque o país também passava pela ditadura do Estado Novo que, desde 1937, possuía políticas restritivas a imigrantes. Entretanto, a tese de René Decol (1999), intitulada “Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus”, estima que, entre 1920 e 1949, mais de 60 mil judeus migraram ao

Brasil. Entre os principais destinos dos imigrantes, os grandes centros culturais do país foram os mais procurados, sendo eles São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, uma vez que muitos dos destes que aqui se exilavam faziam parte de uma elite intelectual e acomodados ao país de exílio, continuaram em atividade.

## Stefan Zweig e o país do futuro

Stefan Zweig (1881-1942) foi um dos escritores europeus que se refugiou no Brasil no início do século XX. Mesmo sendo um dos escritores mais prestigiados durante a década de 1920, Zweig deixou a Áustria em 1934 devido à ascensão do nazismo e das políticas antissemitas de Adolf Hitler, que ultrapassavam as fronteiras alemãs, uma vez que possuía origem judaica. Após seis anos vivendo como cidadão britânico entre Londres e Bath, o austríaco e sua esposa, Charlotte Elizabeth Altmann, cruzaram o oceano indo aos Estados Unidos da América e, na sequência, para o Brasil, onde fixaram residência em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Desde sua primeira passagem por terras brasileiras, em 1936, Stefan Zweig ficou fascinado pelo que viu em sua chegada ao Rio de Janeiro, como conta na introdução de *Brasil, um país do futuro* [1941]:

Chegamos ao Rio: foi uma das impressões mais poderosas que eu experimentei em toda a minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, estremei. Pois não apenas me defrontei com uma das paisagens mais belas do mundo, esta combinação ímpar de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas ainda com um tipo completamente diferente de civilização (Zweig, 2006: 14).

A visão positivista de Zweig sobre o Brasil exposta em seu ensaio foi evidentemente reforçada por sua crítica ao nacionalismo e às teorias eugênicas europeias. O escritor aborda a história do país desde seu descobrimento em 1500 até a década de 1930 de forma pacífica, realizando elogios – muitas vezes exagerados – à civilização e política brasileira. Todavia, o presidente Getúlio Vargas implantava, desde 1937 após golpe político, um regime de poder central e autoritário que exaltava o nacionalismo e o anticomunismo, conhecido como Estado Novo. Políticas imigratórias seletivas e restritivas foram instauradas juntamente ao Estado Novo, dificultando a entrada de judeus e demais refugiados do nazismo em terras brasileiras. Tais políticas baseavam-se em doutrinas racistas como o arianismo, darwinismo social e eugenia para a concessão de vistos de entrada no Brasil. Zweig aponta que, se posto em prática no

Brasil, esta “loucura nacionalista e racista da Europa” poderia transformá-lo no “país mais dividido, menos pacífico e mais conturbado do mundo”:

Aquilo que, em outros países, apenas ficou estabelecido na teoria em papel e pergaminho – a igualdade civil absoluta na vida pública e na vida privada –, aqui existe visivelmente no espaço real: na escola, nas repartições, nas igrejas, nas profissões e no exército, nas universidades e nas cátedras. É comovente ver as crianças de todos os matizes da epiderme humana – chocolate, leite e café – voltando da escola abraçadas, e tal união física e espiritual atinge os níveis mais elevados, as academias e os cargos estatais. Não há fronteiras entre cores, nem exclusões, divisões arrogantes, e nada é mais característico para a naturalidade dessa convivência do que a falta de palavras pejorativas na língua (Zweig, 2006: 18-19).

Ao falar da civilização, Zweig novamente exulta o povo brasileiro como seres “de compleição mais delicada”, “quieto, sonhador e sentimental” (idem: 129). Tais características são estendidas ao trato para com os estrangeiros, pois o brasileiro:

[...] é de boa índole e de boa-fé, e o povo tem aquele traço cordial e infantil que muitas vezes é próprio dos povos meridionais europeus, porém raramente tão nítido quanto aqui. Em todos os meses que passei aqui jamais vi uma grosseria, nem nas classes superiores nem nas inferiores, em toda parte pude constatar a mesma – hoje tão rara – ausência de desconfiança contra o estrangeiro, o membro de outra raça ou outra classe social (idem: 131).

Surge, portanto, uma questão a ser discutida sobre o ensaio de Stefan Zweig: por que seu texto reverencia a um Brasil imaculado e com pompas de “país do futuro”, enquanto a realidade político-social demonstra, se não o contrário, uma enorme disparidade com o relatado? Afastando-se da destruição proporcionada pelas doutrinas eugênicas em voga na Europa, Zweig aproxima utopicamente o Brasil à República de Platão, considerando este local na América o ideal para o progresso da humanidade acontecer. A impossibilidade dos avanços da humanidade acarreta, portanto, na criação de um mundo ficcional como ponto de referência a apaziguar tal míngua. O escritor é então o responsável pela criação deste novo mundo e pelas possibilidades de se ver a situação nas quais está imerso por outros vieses.

Aos olhos das autoridades brasileiras, porém, a imigração de negros, japoneses e judeus poderia significar a introdução de ameaças dos valores doutrinários à segurança nacional, como o socialismo e o comunismo, assim como a efetiva presença de raças inferiores, o que abalaria as pretensões de uma identidade brasileira, refletida numa totalidade branca e católica no Brasil à imagem do colonizador português.

Comunismo e *judaísmo* passam a ser termos interligados, atacados através do discurso oficial, da literatura integralista e das idéias representativas do pensamento católico de direita, chamando a atenção das autoridades brasileiras para esta relação entre comunistas e judeus (Carneiro, 1988: 118).

Em outras palavras, o discurso nacional-socialista alemão foi adaptado à realidade brasileira e utilizado, através da intervenção do estado, na busca de um equilíbrio político, social e racial. René Gertz indica, em *O perigo alemão* (1991), o germanismo, o nazismo e o integralismo como justificativas à “campanha de nacionalização” colocada em prática pelo governo brasileiro, mas idealizada já aos primeiros passos da ascensão nacional-socialista na Alemanha. O interventor federal (governador) do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943, Cordeiro de Farias, desencadeou a ação estatal por considerar a região mais povoada de alemães como uma “base cultural e étnica comum [que] favorecia o separatismo do sul do Brasil” (Cordeiro de Farias apud Gertz, 1991: 63). Gertz aponta, então, duas frentes na campanha de nacionalização: uma através da educação e outra de forma repressiva; porém em que alguns casos não seja possível ter clareza quanto aos seus limites. A proibição do uso de línguas estrangeiras pode ser um exemplo desta campanha, pois inicia com o pretexto de unificar a língua portuguesa nas escolas, mas eclode na repressão, por vezes, violenta de seu uso, sobretudo após o Brasil entrar na guerra contra o Eixo, em 1942.

A ação repressiva também é desencadeada logo no início do Estado Novo, mas num primeiro momento atinge mais integralistas e nazistas, em especial a partir da intentona de 1938. Gradativamente o aparelho repressor, porém, vai crescendo e ampliando sua ação, transformando muitas vezes disputas pessoais em perseguição ou originando incidentes cotidianos com efeitos muito danosos para as populações de origem alemã (Gertz, 1991: 67).

Todavia, é importante salientar que o antissemitismo não era uma preocupação urgente na vida dos imigrantes e refugiados europeus que já habitavam terras brasileiras. Como analisa a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, os judeus residentes no Brasil durante a ditadura da Era Vargas não foram obrigados a usar vestimentas que os distinguissem dos brasileiros natos nem sofreram discriminações como o uso de bancos separados em espaços públicos. “Entretanto muitos daqueles que para cá tentaram emigrar e não conseguiram, acabaram morrendo nos campos de concentração” (Carneiro, 1988: 249), efeito da recusa de vistos de entrada a milhares de judeus pelo governo Vargas. De qualquer modo, ao repensarmos a posição política na recusa do recebimento de refugiados tomada pelo Brasil neste período, concluímos para uma responsabilidade histórica diante da questão judaica e da Shoá.

## Um tratado de como o mundo deveria ser

A partir desta breve contextualização, façamos o processo imaginativo proposto pelo narrador de *Diário da queda* (2011), de Michel Laub, romance no qual é narrada, entre outros assuntos, a situação de um judeu sobrevivente de Auschwitz pelo neto:

Imagine uma casa rica em Porto Alegre, 1945. Imagine um jantar nessa casa, a mesa num dos ambientes da sala, uma família que fala vários idiomas, inclusive e em especial o alemão. A família é servida por empregados de uniforme e talvez comente a posse do presidente Eurico Gaspar Dutra, de quem meu avô jamais tinha ouvido falar, ou um discurso de Carlos Lacerda, de quem meu avô jamais tinha ouvido falar também, ou qualquer dessas referências conhecidas do período, os cassinos, a Rádio Nacional, as vedetes do teatro de revista, e pelo resto da noite se bebe e faz brindes e em nenhum momento o dono da casa se dirige ao meu avô a não ser para comentar que o mundo ficaria pior com a vitória americana na guerra (Laub, 2011: 27).

Fica bastante nítido ao leitor deste trecho perceber a, no mínimo, incômoda situação do sujeito recentemente chegado ao sul do Brasil em meio aos turbilhões políticos e econômicos de 1945. Uma vez que o avô faleceu antes do nascimento do narrador do romance de Laub, sua história é contada a partir de relatos dados por seu pai, alguns poucos comentários de sua avó, e por uma série de dezesseis cadernos com verbetes escritos pelo próprio avô paterno. A disposição de tais escritos, porém, é completamente distante da realidade factual: “O verbete *leite*, por exemplo, fala de um *alimento líquido e de textura cremosa que além de conter cálcio e outras substâncias essenciais ao organismo tem a vantagem de ser muito pouco suscetível ao desenvolvimento de bactérias*” (idem: 24; itálicos do autor).

O trabalho de escrita dos cadernos deu-se de forma secreta da esposa e do filho, em seu escritório, aparentemente em um impulso único décadas após os eventos que narra e encerrado com o suicídio de seu autor. Alguns anos depois de descobertos, o filho manda traduzir os cadernos escritos em alemão para só então poder ler os verbetes “leite”, “canil”, “gravidez”, “família”, etc., sem nunca encontrar algo da vida de seu pai antes da chegada ao Brasil e, muito menos, sobre a guerra ou Auschwitz. O conteúdo dos cadernos mostra a seu leitor uma espécie de tratado de como o mundo deveria ser, contendo verbetes “evidentemente mentirosos”, como analisa o neto:

Nos cadernos do meu avô, o Brasil de 1945 era um país que não tinha passado pela escravidão. Onde nenhum agente do governo fez restrições à vinda de imigrantes fugidos da guerra. Um lugar repleto de oportunidades para um professor de matemática que não falava português, e logo depois de se curar da febre tifoide meu avô começou a procurar emprego, não seria muito difícil já

que havia uma demanda grande nas escolas, nas faculdades, nos institutos que faziam Porto Alegre uma cidade de excelência científica, que também promovia simpósios regulares sobre arte e filosofia, eventos agradáveis seguidos por noites agradáveis num dos inúmeros cafés do centro frequentados por mulheres *bonitas e solteiras como convém*, cujos pais ficariam muito satisfeitos ao serem apresentados a um judeu (idem: 27; itálicos do autor).

O sobrevivente de Auschwitz escreve tal “como o mundo deveria ser”, de forma semelhante à criação estereotipada de Stefan Zweig sobre o Brasil. Ambos os autores dos textos são sujeitos traumatizados pela involução da humanidade com a ascensão dos discursos nazistas e fascistas na Europa, até então o centro do mundo. Além da fuga física do epicentro das catástrofes, estes refugiam-se num país que até então é tido como um paraíso natural, na visão dos próprios estrangeiros, além de promessas de progressos. Em tais sujeitos destituídos de passado, um esteio para sobreviver às calamidades da vida é de suma importância e, quando a realidade factual não lhes oferece tal base, a escrita surge como possibilidade de proteção e até mesmo como redenção.

Apesar das escritas de Stefan Zweig em *Brasil, um país do futuro* e do avô em *Diário da queda* mostrarem uma busca, ou minimamente uma esperança, pelo progresso, o passado e até mesmo o presente são vistos de forma diferente. Zweig trata a situação europeia de forma crítica, condenando os preconceitos em voga na Europa: “O ódio entre classes e as raças, essa planta venenosa na Europa, ainda não criou raízes neste solo” (Zweig, 2006: 132). Já em *Diário da queda* é notável o silêncio do avô sobre qualquer referência à Alemanha, guerra, campos de concentração e até mesmo sobre judaísmo:

Do ramo da família do meu avô morreram todos em Auschwitz, e não há uma linha a respeito deles nos cadernos. Não há uma linha sobre o campo em si, quanto tempo meu avô ficou lá, como fez para sobreviver, o que sentiu quando foi libertado (...). Meu avô não escreveu nada sobre judaísmo. Nenhum comentário sobre a conversão da minha avó (Laub, 2011: 30).

A necessidade do apagamento do passado também pode ser vista na falta de comunicação entre o sobrevivente de Auschwitz e seu filho, em *Diário da queda*. Além do pai nunca falar sobre seu passado, os cadernos são escritos por ele em alemão, detalhe que ratifica o não-compartilhamento das emoções do pai para com o filho, do passado com o presente e a realidade, visto que a língua também não lhe foi ensinada.

## Conclusões

A partir de sua escrita, o avô do narrador de *Diário da queda* tenta criar uma nova realidade para o mundo em que vive sem quaisquer problemas. A escravidão, por exemplo, é então esquecida do passado do Brasil, assim como o sobrevivente tenta apagar qualquer lembrança de Auschwitz de sua memória. Porém, seu suicídio é a confirmação de que os terrores sofridos na Alemanha nazista e nos campos de concentração sempre estiveram incrustados na vida deste sobrevivente (“Meu avô ia comprar pão e jornal: Auschwitz. Meu avô dava bom-dia para a minha avó: Auschwitz”; idem: 99), tais quais os números tatuados em seu braço.

O exílio físico, porém, não é suficiente a ambos os emigrantes. A narração do passado é penosa, sobretudo ao sobrevivente de um campo de concentração, que torna tal experiência vivida inenarrável, e a criação de um mundo ideal, através da escrita, mostra-se também insuficiente. A redenção esperada, portanto, nunca chega e o término de suas vidas é antecipado, não coincidentemente, pelo suicídio.

Guardadas as proporções entre realidade e ficção, o suicídio do narrador de *Diário da queda*, décadas após o término da guerra, com a vida familiar e econômica consolidada em Porto Alegre, remete o leitor ao pacto final de Charlotte e Stefan Zweig tal uma mensagem sobre a impraticabilidade humana pós-Auschwitz, como reitera Alberto Dines:

O surpreendente pacto de morte quatro dias depois do Carnaval carioca recorta-se diferenciado no panorama da banalização do suicídio. Os pelotões de homens-bomba desqualificam o supremo sacrifício, retiram-lhe a porção nobre para o converter em mero assassinato político. O suicídio de Zweig, naquela hora crucial e naquele paraíso, foi uma de suas mais vigorosas mensagens. Talvez só hoje apreendidas (Dines, 2007: 161).

## Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DECOL, René Daniel. *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. 1999. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000186726>>. (Acesso em: 26/05/2016).

DINES, Alberto. Stefan Zweig, aquele que volta. In: *Noaj=Noah: revista literária / Asociación Internacional de Escritores Judíos en Lengua Hispana y Portuguesa*. - n. 16/17, jun. 2007. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

ECKL, Marlen. “A flor do exílio” – A amizade de Stefan Zweig e Ernst Feder vista a partir do 'Diário Brasileiro' de Feder. In: *WebMosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*. Porto Alegre, vol. 2, jul-dez. 2012. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/37709/24346>>. (Acesso em: 29/05/2016).

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. Trad. Karola Zimber. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LAUB, Michel. *Diário da queda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Trad. Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM, 2006.